

15th Conferência da International Association of Consumer Law
Universidade de Amsterdam

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR PELO FATO DO
PRODUTO¹**

Sumário: 1. Introdução. 2. Responsabilidade pelo fato do produto. 3. Conceitos de consumidor. 4. Produto defeituoso. 5. Risco do desenvolvimento. 6. Causas excludentes da responsabilidade. 6.1. Não colocação do produto no mercado. 6.2. Defeito inexistente. 6.3. Culpa exclusiva da vítima. 6.4. Culpa exclusiva de terceiro. 6.5. Caso fortuito e Força maior. 6.6. Cláusula de não indenizar. 6.7. Culpa concorrente. 7. Conclusão. 8. Referências bibliográficas. 9. Índice dos acórdãos.

1. Introdução

A responsabilidade civil do fornecedor pelo acidente de consumo (product liability) no Brasil tem aplicação particular em comparação com outros sistemas jurídicos protetivos do consumidor, especialmente os sistemas jurídicos dos EUA e da Europa, circunstância que demanda um estudo específico a fim de identificar as assimetrias e possibilitar uma aproximação dos diversos sistemas jurídicos existentes com o propósito de dar plena efetividade aos direitos do consumidor.

A responsabilidade civil do fornecedor afasta-se da tradicional divisão elaborada pelo direito civil em responsabilidade contratual e extracontratual ou aquiliana. O Código de Defesa do Consumidor estabelece outra distinção, pois classifica a responsabilidade do fornecedor por danos materiais em fato do produto ou serviço e vício do produto ou serviço. As principais distinções entre fato e vício do produto e serviço são que o fato (acidente de consumo) é uma anomalia extrínseca, não exige vínculo contratual, somente pretensão relacionada à reparação do dano é possível de ser formulada em juízo, o prazo é prescricional e pressupõe um vício do produto ou serviço; enquanto o vício constitui-se em anomalia intrínseca, exige vínculo contratual entre o fornecedor e o consumidor, há possibilidade de pedido de substituição do produto, rescisão do contrato ou abatimento do preço, o prazo é decadencial e não pressupõe um fato (acidente de consumo).

¹ Héctor Valverde Santana. Doutor e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB). Juiz de Direito do Distrito Federal.

A responsabilidade pelo fato visa alcançar os bens que atinjam a órbita físico-psíquica do consumidor. A responsabilidade pelo fato tem rol restrito de responsáveis, enquanto a responsabilidade pelo vício tem como responsáveis todos os fornecedores. O vício do produto ou serviço regulado pelo CDC tem origem no vício redibitório do Código Civil. Os vícios representam produtos ou serviços impróprios ou inadequados para o consumo.

O Código de Defesa do Consumidor inaugura a disciplina da responsabilidade civil do fornecedor pelo capítulo IV, Título I, que versa sobre a qualidade de produtos e serviços, da prevenção e reparação dos danos. A seção I dispõe sobre a proteção à saúde e segurança. Os arts. 8º, 9º e 10 guardam entre si ligação que respeita ao grau de nocividade e periculosidade permitido. Destaca-se a importância da informação neste capítulo.

O art. 8º do CDC dispõe sobre o risco normal e previsível dos produtos e serviços, considerando aquele que é tolerado pelo consumidor, desde que acompanhado de informações claras e precisas. Ex. venda de cigarros. Art. 220, § 4º, Constituição Federal e Lei 9.294/1996; liquidificador, automóvel, faca, dentre outros.

A periculosidade ou nocividade inerente é diferentemente da periculosidade ou nocividade adquirida ao longo do processo de consumo.

As informações devem ser necessárias e adequadas. A informação passou a ser elemento essencial ao produto e serviço.

O art. 8º, parágrafo único, do CDC, estabelece que as informações do produto industrializado é do fabricante. Ressalva-se a hipótese de se tratar de produto importado, quando a obrigação de prestar as informações não é do fabricante, mas sim do importador.

O art. 9º do CDC disciplina potencial nocividade e periculosidade de produtos e serviços. É um conceito vago e pressupõe uma agravação dos riscos, devendo ser esclarecido dentro de cada caso concreto.

Neste caso, há necessidade de informações cabais sobre os riscos dos produtos e serviços, a exemplo do fornecimento de bebidas alcoólicas, fumo, agrotóxicos, fogos de artifício, material radioativo, dedetização.

O art. 10 do CDC veda a introdução no mercado de produto que apresente alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde e segurança do consumidor. Em caso de descumprimento da norma, a fiscalização e controle de fornecedores deverão ser efetuadas pela União, Estados, Municípios e DF, conforme art. 55, § 1º, CDC.

O art. 10, § 1º, regula o *recall*. A Portaria n. 789, de 24 de agosto de 2001, do Ministério da Justiça, regula, no plano administrativo, o procedimento a ser observado pelos fornecedores na realização do *recall*.

Em caso de descumprimento do chamado (*recall*) pelo consumidor e, posteriormente, este vem a sofrer danos em virtude do defeito do produto, o fornecedor não se exime do dever de indenizar. O fornecedor deve ser responsabilizado, porquanto este promoveu a introdução do produto perigoso ou nocivo no mercado. Entretanto, deve-se levar em consideração a participação culposa do consumidor-vítima e aplicar a causa mitigadora da responsabilidade civil da culpa concorrente (art. 945 do CC) em diálogo coerente de fontes, ou seja, a indenização será reduzida ao montante do percentual da culpa do consumidor-vítima no resultado danoso.

2. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço

A responsabilidade civil do fornecedor tem como suporte a teoria do risco do negócio ou atividade, ou seja, cuida-se de responsabilidade objetiva. Prescinde-se da investigação e prova da culpa do fornecedor para configurar o dever de reparar integralmente o dano sofrido pelo consumidor.

O fato do produto ou serviço *é a manifestação danosa de defeitos juridicamente relevantes, que podem ser de criação, produção ou informação (defeito), atingindo (nexo causal) a incolumidade patrimonial, física ou psíquica do consumidor (dano), ensejando a responsabilidade extracontratual do fornecedor, independentemente de culpa (responsabilidade objetiva).*²

A responsabilidade do comerciante está prevista no art. 13 do CDC, não havendo solidariedade com o fabricante, produtor, construtor ou importador. São três as hipóteses de responsabilização do comerciante: a) quando o fornecedor não puder ser identificado – responsabilidade subsidiária; b) quando o produto não tem identificação clara – responsabilidade subsidiária; c) falta de conservação de produtos perecíveis – responsabilidade direta.

O fato do serviço tem disciplina própria no art. 14 do CDC e contempla, igualmente, a responsabilidade objetiva.

O produto e o serviço são considerados defeituosos quando não oferecem a segurança que deles legitimamente se espera, considerando, dentre outras circunstâncias

² MARINS, James. *Responsabilidade da empresa pelo fato do produto*: os acidentes de consumo no código de proteção e defesa do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p. 40.

relevantes, a sua apresentação, o modo de seu fornecimento, o resultado, o uso e os riscos que razoavelmente deles se esperam e a época em que foram colocados ou prestados no mercado.

3. Conceitos de consumidor

A lei normalmente não contempla conceitos jurídicos, porém o CDC optou por conceituar os elementos subjetivos (consumidor e fornecedor) e objetivos (produtos e serviços) da relação jurídica de consumo com o objetivo de facilitar a compreensão dos temas regulados e evitar possíveis distorções na aplicação da lei protetiva do consumidor. A configuração da relação jurídica de consumo é fundamental para determinar a correta incidência do CDC.

A acepção comum do vocábulo consumidor está etimologicamente vinculada ao verbo consumir, derivação do latim *consumere*, considerado como o ato de gastar ou destruir pelo uso. Consumidor é a pessoa que adquire qualquer tipo de bem para uso próprio, excluindo a destinação comercial. A acepção apresentada pela ciência econômica acerca de consumidor é relacionada à pessoa que encerra, termina, finaliza o ciclo de produção pelo ato de consumo. O conceito jurídico de consumidor é ponto controvertido na doutrina e jurisprudência, porém de expressiva relevância para a determinação da incidência do CDC.

Consumidor padrão ou *standard*. O conceito jurídico de consumidor padrão ou *standard* está previsto no art. 2º *caput*, do CDC. Trata-se de conceito que se reporta à noção de consumidor na sua acepção individual e concreta.

Consumidor pessoa física ou natural. O consumidor pessoa física ou natural é a primeira referência legal. A doutrina (nacional e estrangeira) considera a pessoa física ou natural como consumidor por excelência, sujeito presumidamente vulnerável e destinatário da proteção legal especial. O CC estabelece a disciplina jurídica da pessoa natural ou física (arts. 1º a 39), que corresponde ao ser humano titular de direitos e deveres na órbita jurídica, cujas noções são inteiramente aplicáveis ao CDC na identificação do sujeito destinatário da proteção legal especial (consumidor).

Consumidor pessoa jurídica. A pessoa jurídica também é considerada consumidora pela lei consumerista brasileira. O CDC não dispõe sobre os limites conceituais da pessoa jurídica, motivo pelo qual se deve recorrer ao CC para se

identificar a noção jurídica deste sujeito de direito. A disciplina normativa da pessoa jurídica (gênero) está no CC (arts. 40 a 69), cujas espécies são as pessoas jurídicas de direito público, interno e externo, e as pessoas jurídicas de direito privado. As pessoas jurídicas têm capacidade de adquirir, modificar e extinguir direitos.

O CDC não faz qualquer distinção entre as diversas espécies de pessoas jurídicas para efeito de conceituação do consumidor. Não obstante a ausência de especificação legal, a admissão da pessoa jurídica como consumidor deve ser medida excepcional e condicionada à demonstração da necessária vulnerabilidade no caso concreto.

Entretanto, a previsão legal da pessoa jurídica consumidora enseja dificuldades teóricas e práticas, pois, em regra, a pessoa jurídica adquire ou utiliza produtos ou serviços destinados à produção, seja direta ou indiretamente, e não como produtos ou serviços de consumo. A pessoa jurídica somente será considerada consumidora quando adquirir ou utilizar produtos e serviços fora de sua área de especialidade ou alheios à finalidade da atividade produtiva, bem como revelar vulnerabilidade diante do fornecedor.

Estado não é consumidor. Não há qualquer referência no art. 2º, *caput*, do CDC quanto à espécie de pessoa jurídica apta a ser considerada consumidora. Entretanto, a interpretação teleológica do CDC conduz à conclusão de que o Estado (pessoa jurídica de direito público) não pode ser considerado consumidor, pois quando adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, mesmo que o produto ou serviço tenha sido retirado diretamente do mercado de consumo, atua em posição de superioridade jurídica em razão das regras específicas que regulam o contrato administrativo (procedimento prévio de licitação, estabelecimento unilateral de condições específicas do contrato administrativo, possibilidade de revisão ou rescisão unilateral do contrato administrativo, imposição de penalidades contratuais, dentre outros).

Portanto, em nenhuma hipótese o CDC se aplica ao Estado quando celebra qualquer modalidade de contrato administrativo, mesmo que subsidiariamente, porque o ente estatal não apresenta o requisito essencial da vulnerabilidade que caracteriza o consumidor e justifica a proteção legal especial.

Consumidor ente despersonalizado. O CDC não contempla o *ente despersonalizado* no conceito padrão ou *standard* de consumidor, apesar de prever expressamente que os entes despersonalizados são considerados fornecedores (art. 3º do CDC). Apesar da ausência de previsão legal do ente despersonalizado como

consumidor, o condomínio, a massa falida e o espólio são considerados consumidores quando adquirem ou utilizam produtos ou serviços como destinatários finais. São universalidades destituídas de personalidade jurídica, porém autorizadas pela lei processual para figurar num dos pólos da relação jurídica processual, visando facilitar o acesso à justiça, conferindo a sua representação a determinadas pessoas, tais como síndicos (condomínio e massa falida) e inventariante (espólio).

Verbo adquirir. O conceito de consumidor padrão ou *standard* prevê a ação de *adquirir* produtos e serviços. O verbo adquirir deve ser entendido no sentido de *obter*, seja a título oneroso ou gratuito. Portanto, o consumidor é o sujeito de direito que compra um produto ou serviço, mas também é aquele que o obtém de forma gratuita (p.ex. o sujeito de direito que ganha um livro de presente de aniversário).

Verbo utilizar. Igualmente, o conceito de consumidor padrão ou *standard* contempla o sujeito de direito que simplesmente utiliza o produto ou serviço. O verbo *utilizar* refere-se àquele sujeito de direito que não adquire, mas usa ou consome o produto ou serviço como destinatário final, porém sem vínculo contratual com o fornecedor.

Noção de destinatário final. A locução *destinatário final* representa o elemento teleológico ou finalístico do conceito jurídico de consumidor. A pessoa natural (física) ou jurídica consumidora não pode ser integrante da cadeia de elaboração e distribuição do produto ou da prestação do serviço, mas necessariamente o destinatário final da respectiva atividade econômica. Desta forma, a locução *destinatário final* prevista no conceito padrão ou *standard* de consumidor exclui qualquer agente econômico que atua na cadeia produtiva da proteção especial conferida ao consumidor.

As relações jurídicas estabelecidas entre agentes econômicos estão excluídas da incidência do CDC. Os agentes econômicos quando atuam como integrantes da cadeia de elaboração e distribuição de produtos e prestação de serviços utilizam os bens de produção como insumos das respectivas atividades econômicas. Carecem, pois, da imprescindível *destinação final* dos produtos e serviços para obterem a proteção legal consumerista.

Os fornecedores (agentes econômicos) se relacionam em condições de igualdade perante a lei (igualdade formal). Não se reconhece qualquer circunstância que justifique tratamento desigual entre os agentes econômicos pela lei de regência das atividades empresariais. O elemento teleológico ou finalístico (destinação final) do conceito

jurídico de consumidor exclui a pessoa natural (física) e a pessoa jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço e o incorpora na cadeia produtiva.

A compreensão da locução *destinatário final* considera duas noções jurídicas relevantes da questão. A primeira noção se refere a *destinatário final fático*. Considera-se que o sujeito de direito simplesmente retira o produto ou serviço do mercado de consumo. A segunda noção corresponde a *destinatário final econômico* do produto ou serviço. Pressupõe que o sujeito de direito não empregou o produto ou serviço retirado do mercado em qualquer atividade econômica, mas destinou-os para finalidade exclusivamente privada (pessoal ou familiar).

A interpretação da locução *destinatário final* provocou o surgimento de três teorias sobre o conceito jurídico de consumidor. A primeira é a *teoria finalista*, também conhecida como *teoria minimalista*, majoritária na doutrina nacional e estrangeira, adotada inclusive pelos autores do anteprojeto de lei que resultou no CDC. Orienta-se por uma interpretação restritiva do conceito jurídico de consumidor. Reconhece-se que o consumidor é o sujeito de direito destinatário final *fático* e *econômico* dos produtos e serviços de consumo. Admite-se, portanto, que o consumidor é o sujeito de direito que retira o produto ou serviço do mercado e não o emprega em atividade econômica de qualquer espécie, mas o utiliza tão somente em atividade privada (pessoal ou familiar).

A *teoria maximalista* defende uma interpretação extensiva do conceito jurídico de consumidor e amplia o campo de incidência do CDC. Considera que o CDC visa regular o mercado de consumo como um todo e não apenas aqueles casos em que o adquirente faz uso privado do produto ou serviço de consumo. O consumidor é o *destinatário fático* do produto ou serviço, aquele que retira o produto ou serviço do mercado de consumo, independente da forma de utilização do produto ou serviço, seja em atividade privada (pessoal ou familiar) ou em atividade econômica, de forma profissional. Portanto, a teoria maximalista prescinde da destinação final econômica do produto ou serviço para conceituar o sujeito de direito consumidor e, conseqüentemente, determinar o campo de incidência do CDC.

A *teoria finalista aprofundada* admite a pessoa jurídica consumidora em casos específicos, desde que provada a vulnerabilidade e não haja relação direta com sua área de especialidade. O Superior Tribunal de Justiça decidiu que o conceito de consumidor pessoa-jurídica deve ser aferido no caso concreto, diante a vulnerabilidade na específica relação jurídica, não devendo ser estendida a todos os casos em que uma pessoa jurídica

é destinatária final de um produto ou serviço no mercado de consumo (STJ, REsp 476.428/SC 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrigli, DJ. 09/05/2005, p. 390).

Coletividade equiparada a consumidor. O art. 2º, parágrafo único, do CDC, contempla o primeiro conceito de consumidor equiparado. Trata-se de conceito jurídico que supera a idéia do consumidor individualmente considerado e reconhece a coletividade como sujeito de direito material nas relações de consumo. O dispositivo legal em referência autoriza a tutela de direitos transindividuais (direitos difusos, direitos coletivos em sentido estrito e direitos individuais homogêneos), por intermédio da ação civil pública ou da ação coletiva (*class action*), nos aspectos preventivos e repressivos de danos praticados pelos fornecedores.

A coletividade em questão não se confunde com qualquer espécie de pessoa jurídica, nem mesmo com a coletividade de bens que constitui uma pessoa jurídica, como é o caso da fundação (arts. 62 a 69 do CC). Admite-se apenas a coletividade de *pessoas* como sujeito de direito material transindividual, não alcançando as universalidades de componentes materiais (condomínio, espólio, massa falida, dentre outros). A coletividade pode ser composta por pessoas determinadas, determináveis e até mesmo por pessoas indetermináveis.

Exige-se que os integrantes da coletividade em questão tenham intervindo na relação jurídica de consumo para que obtenham a proteção legal transindividual. Excluem-se deste conceito os sujeitos simplesmente expostos às práticas comerciais e à proteção contratual (art. 29 do CDC).³ Nesta linha de raciocínio, não há necessidade de que os integrantes da coletividade em questão se enquadrem no conceito de consumidor padrão ou *standard*. É possível, portanto, que todos ou alguns integrantes da analisada coletividade não tenham adquirido determinado produto, mas que sofreram danos em razão do consumo do mesmo (p. ex. os convidados de uma festa de casamento que são intoxicados pelos alimentos servidos pelo buffet). Toda pessoa vitimada pelo produto ou serviço, seja consumidor padrão ou *standard*, seja tão somente aquele que haja intervindo na relação de consumo, integrará a coletividade para efeito de tutela transindividual.

³ GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do consumidor: código comentado e jurisprudência*. 8. ed. Niterói: Impetus, 2012. p. 23.

4. Risco do desenvolvimento

*Define-se risco do desenvolvimento como sendo aquele risco que não pode ser cientificamente conhecido no momento do lançamento do produto no mercado, vindo a ser descoberto somente após um período de uso do produto.*⁴

*[...] riscos que correm os fornecedores por defeitos que somente se tornam conhecidos em decorrência dos avanços científicos posteriores à colocação do produto ou serviço no mercado de consumo*⁵.

O risco do desenvolvimento pode ser configurado com a introdução de medicamentos novos. O risco do desenvolvimento verifica-se no caso de o fabricante ter introduzido mecanismo de segurança, porém com resultado danoso ao consumidor por ocasião do uso.

5. Causas excludentes da responsabilidade

O ônus da prova das excludentes de responsabilidade incumbe ao fornecedor. O Código de Defesa do Consumidor apresenta um rol exemplificativo das causas excludentes de responsabilidade, porquanto se admite o fato necessário (caso fortuito e força maior) como causa passível de rompimento do nexo causal.⁶

O Código de Defesa do Consumidor não dispõe sobre causas excludentes do vício do produto ou serviço, contudo aplicam-se extensivamente aos casos de vícios do produto e serviço as causas disciplinadas na seção relativa ao fato do produto ou serviço.

5.1. Não colocação do produto no mercado

O produto destinado à experimentação, exame ou prova caracteriza a introdução do produto no mercado. Igualmente, os produtos distribuídos gratuitamente, por

⁴ ROCHA, Sílvia Luis Ferreira da. *Responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do produto no direito brasileiro*. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 111.

⁵DENARI, Zelmo [et al]. *Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 194.

⁶ BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Art. 12, § 3º: O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar:

I – que não colocou o produto no mercado;

II – que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste;

III – a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Art. 14, § 3º, CDC. O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I – que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II – a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

exemplo, em promoção, doações humanitárias, dentre outros também responsabiliza o fornecedor.

A caracterização da excludente exige a demonstração de que a introdução do produto se deu por motivo alheio à vontade do fornecedor, como no caso de roubo, furto ou falsificação.

5.2. Defeito inexistente

O fornecedor deve provar que o produto não apresenta defeito ou que o dano sofrido pelo consumidor não decorreu de defeito do produto. Trata-se, pois, de ônus da prova do fornecedor e não do consumidor quanto à existência ou não de defeito no produto. Não se cuida de prova de fato negativo, pois o fornecedor tem o dever de provar a segurança legitimamente esperada pelo consumidor quanto ao produto ou serviço.

5.3. Culpa exclusiva da vítima

A culpa exclusiva da vítima também é causa excludente de responsabilidade, porquanto entre a ação ou omissão do fornecedor e o dano sofrido pela vítima não há nexos causal. Imputa-se, pois, a total responsabilidade pelo evento danoso à vítima e não ao produto ou serviço colocado no mercado pelo fornecedor.

5.4. Culpa exclusiva de terceiro

Igualmente, considera-se terceiro como qualquer pessoa estranha à relação estabelecida entre fornecedor e consumidor. O fornecedor exime-se do dever de indenizar se provar que o evento danoso ocorreu em razão de fato de terceiro alheio à sua atividade de fornecimento de produto ou prestação de serviço. Nesta hipótese não há nexos causal entre a atividade do fornecedor e o dano sofrido pela vítima.

5.5. Caso fortuito e Força maior

O caso fortuito e a força maior não estão contemplados dentre as causas excludentes de responsabilidade previstas expressamente no CDC. Entretanto, a doutrina e a jurisprudência brasileiras admitem que o CDC apresenta apenas um rol exemplificativo das causas excludentes de responsabilidade do fornecedor, razão pela qual o caso fortuito e a força maior são admitidos para o fim de excluir o dever de indenizar do fornecedor quando configurados no caso concreto. O Código Civil, por via

do art. 393 e seu parágrafo único, dispõe que o devedor não será responsabilizado pelos prejuízos decorrentes de caso fortuito ou força maior, salvo se expressamente houver se responsabilizado. O caso fortuito ou força maior é o fato necessário, cujos efeitos são inevitáveis.

5.6. Cláusula de não indenizar

A cláusula de não indenizar não é permitida no contrato de consumo. A matéria está regulada pelo art. 51, I, do CDC que considera nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos.

Admite-se, porém, uma exceção quando o contrato for celebrado entre fornecedor e consumidor-pessoa jurídica, hipótese em que a indenização poderá ser limitada, somente em situações justificáveis, não se permitindo a pactuação quanto à exclusão total da responsabilidade.

O Superior Tribunal de Justiça editou a súmula 302 no sentido de que *é abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado*.

5.7. Culpa concorrente

A culpa concorrente não é causa excludente de responsabilidade, mas causa mitigadora da responsabilidade.

O Código de Defesa do Consumidor não contempla expressamente a culpa concorrente. O Código Civil prevê no art. 945 a possibilidade de reduzir o montante da indenização levando-se em conta a grau de culpa da vítima na eclosão do evento danoso.

Cuida-se de construção jurisprudencial, sustentada pela doutrina, porquanto não havia previsão expressa no Código Civil de 1916, sendo incorporada no capítulo relativo à responsabilidade civil do atual Código Civil.

6. Conclusão

O fornecedor responde objetivamente pelos danos sofridos pelo consumidor em razão do produto ou serviço colocado no mercado de consumo. Afasta-se da idéia de

culpa para caracterizar o dever de indenizar, cujo apoio doutrinário reside na teoria do risco da atividade, risco proveito ou risco empresarial.

As hipóteses de exclusão da responsabilidade do fornecedor estão previstas no Código de Defesa do Consumidor e também no Código Civil, quanto a este as causas decorrentes do fato necessário (caso fortuito e força maior). O risco do desenvolvimento e a cláusula de não indenizar não são admitidas no Brasil para efeito de exclusão da responsabilidade do fornecedor.

O comerciante não responde pelo fato do produto, pois a violação do dever de segurança está na fase de produção do bem de consumo e não na fase de comercialização. Única exceção à referida regra é quanto ao produto perecível, uma vez que neste caso o comerciante que não conservar adequadamente o produto perecível será responsabilizado pelos danos sofridos pelo consumidor.

São identificadas algumas controvérsias na aplicação pelos tribunais das regras relativas ao fato do produto e do serviço no Brasil. Entretanto, a disciplina jurídica atual contribui para o avanço na proteção do consumidor, promovendo a concretização de direito fundamental previsto no art. 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal.

7. Referências

DENARI, Zelmo [et. al.]. *Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do consumidor: código comentado e jurisprudência*. 8. ed. Niterói: Impetus, 2012.

MARINS, James. *Responsabilidade da empresa pelo fato do produto: os acidentes de consumo no código de proteção e defesa do consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

ROCHA, Sílvio Luis Ferreira da. *Responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do produto no direito brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.